Notícias do dia 06 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Parecer do TCE-GO sobre contas de tucanos segue indefinido - FIO DIRETO 3

Parecer do TCE-GO sobre contas de tucanos segue indefinido - FIO DIRETO

Cloves Reges

O parecer prévio pela reprovação das contas dos ex-governadores do Estado de **Goiás** Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, referente ao exercício de 2018, segue aguardando providências do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Os ex-gestores tiveram as contas reprovadas pelos conselheiros do **TCE**-GO devido a uma série de inconsistências na gestão fiscal e contábil do Estado. O julgamento do parecer se deu em julho de 2019. No entanto, a 3a Câmara Cível do Tribunal de Justiça de **Goiás** concedeu aos ex-governadores mandado de segurança para anular a votação do parecer pelo pleno do **TCE**-GO e determinou que o processo retornasse ao tribunal para ser retomado do ponto em que deveriam ter sido intimadas as partes para apresentação de defesa prévia. Os tucanos alegaram à justiça que, "todo o processo tramitou no âmbito do **TCE** sem a ciência dos ex-gestores e sem oportunizar-lhes o direito elementar ao contraditório, à apresentação de defesa, à produção de provas ou à sustentação oral na sessão que julgou o parecer prévio emitido". Nas suas contrarrazões, o **TCE**-GO sustentou que a alegação dos impetrados não deveria prosperar, uma vez que a fase de análise técnica por parte do órgão, que culmina na aprovação do Parecer Prévio, não se confunde com o julgamento realizado pela **Alego**, e, por isso, a oportunidade dos ex-governadores de exercerem a ampla defesa e o contraditório deve se restringir somente àquela a ser efetivada perante o Parlamento goiano. De acordo com o relatório que opinou pela rejeição das contas dos tucanos, o resultado orçamentário e financeiro das contas de Perillo e Eliton foi de R$ 3,5 bilhões negativos. Somando-se os restos a pagar dos exercícios anteriores e, ainda, as despesas não empenhadas, acrescidos da indisponibilidade de caixa, a unidade técnica concluiu que, ao final de 2018, o rombo nas contas públicas do Estado foi superior a R$ 7 bilhões.

Irregularidades O relator das contas de governo de 2018 é o **conselheiro Saulo Mesquita**, que anotou em seu relatório outras irregularidades cometidas por Marconi Perillo e José Eliton, tais como a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação e superávit financeiro sem a existência de recursos disponíveis, realização de despesas sem prévio empenho e realização de despesas sem autorização orçamentária.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20211106